

Concursos para o lugar de arquitecto das Ordens Militares no séc. XVIII

Para o meu grande amigo, Arq.^o João Kadiç



Forte de São Bruno em Oeiras.

"E porque houve honze annos e oito mezes q. antes tinha servido o dito emprego delle não satisfizera ordenado algum, tendo feito varias jornadas fora da corte por ordem deste Tribunal fazendo avultadas despesas com a sua pessoa e cavalgaduras, com incommodo grande de sua caza, e familia, faltando por este modo as obras de q. nesta Corte era encarregado em que podia utilizar-se: não era justo, nem Vossa Magestade havia permittir ficasse o supp.e com o dezenbolço q. fizera, ainda q. este excedera ao ordenado, q. como serventecario se lhe devia satisfazer: pedido a Vossa magestade q. como o rendimento do sobredito Almoxafado entrara no Erario Regio por elle lhe mandasse satisfazer o ordenado dos ditos honze annos e oito mezes, q. servira o sobredito emprego"

Petição de Manuel Caetano de Souza, data da de 1778, pedindo que lhe fossem pagos os seus ordenados como arquitecto das Ordens Militares, cargo para que fora nomeado em Outubro de 1766¹.

Tal como hoje, a nomeação de arquitectos para lugares importantes em séculos anteriores, parece não ter sido desprovida quer

de uma profunda dedicação à profissão quer, até mesmo, de uma certa polémica. A petição de Manuel Caetano de Souza ilustra bem quão árduo era o cargo de arquitecto das Ordens Militares, cargo esse que, juntamente com outros (Arquitecto Real, Arquitecto dos Paços Reais, da Aula do Paço da Ribeira, das Obras de S. Vicente de Fora, etc.) era um dos mais importantes a que qualquer arquitecto (ou engenheiro) podia, então, aspirar. Não pretendendo especular sobre o papel do arquitecto e da prática arquitectónica em época moderna, mas sim dar a conhecer mais alguma informação sobre as obras e esferas de influências dos intervenientes neste processo (exarada dos curricula e testemunhos apresentados a concurso). Da documentação que aqui revelamos² podemos concluir como era determinante, para as nomeações, a existência de uma prática anterior no mesmo domínio (quase sempre transmitida por via familiar), nomeações essas nem sempre isentas de uma certa expectativa e polémica, como aconteceu com o concurso de 1697, no qual é nomeado João Antunes que opõe, apenas, aos curricula de experientes concorrentes

como o Padre Tinoco e Manuel do Couto, a obra de Santa Engrácia³.

Falecido João Antunes em 1712 no concurso de 1713 apresentam-se Manuel do Couto, Manuel da Maia, Joseph Pinheiro da Silva, João Baptista Barros, Joseph Roiz Ramalho, Manuel Nunes, Carlos Baptista Garvo e Manuel Luis da Silva. Importante pelo grande número de candidatos, a documentação revela-nos alguns dados curiosos⁴, nomeadamente no que diz respeito a Manuel Nunes, que se apresenta como "arquitecto da Casa de Aveiro"⁵. Por deliberação da Mesa da Consciência e Ordens para o cargo seria nomeado João Baptista Garvo, ficando em 2º e em 3º lugares, Manuel do Couto e Manuel da Maia, respectivamente. Custódio Vieira sucederia no cargo, após a morte de João Baptista Garvo. Além da sua nomeação a 19 de Junho de 1737 e de um documento do Desembargador de Sua Magestade, Diogo Pinto (que o dá como filho de Manuel Francisco, a morar na Rua da Atalaia, com a idade de 50 anos) não existe neste núcleo, qualquer outra documentação que nos elucide sobre a existência de outros concorrentes. Ajudado por Rodrigo

Franco, arquitecto da Mitra e e das Igrejas do Patriarcado, seria por ele substituído em 1744 e 1745 por períodos de seis meses, num processo que geraria alguma polémica até à nomeação de Carlos Mardel, em 1747, para o mesmo cargo⁶. Vale a pena examinarmos, com alguma atenção, a documentação existente, sobretudo no que diz respeito à actividade deste último. Em requerimento datado de 1746, Rodrigo Franco pede que lhe sejam pagos os ordenados correspondentes às suas nomeações, o que originou a seguinte consulta em 22 de Março de 1746: "Por decreto de 10 de Fev^o deste anno foi V. Mag. e servido q. ao Cons^o servisse a consulta incluza da Meza da Consciencia sobre o pedido de Rod^o Franco para que lhe pagassem os ordenados. Mandou o Cons^o que informasse o Escrivão da fazenda da repartição juntando os papeis q. houvesse nesta materia e o fez dizendo q. o Sarg^o Mor Carlos Mardel tinha servido de Architeto das obras das Igrejas das Mezas, Mestrados das Ordens indo repetidas vezes a ellas examinalas fazendo riscos para as suas reedificações como são ⁷ as Igrejas de S. Pedro da Vila de Palmela, Espirito Santo de Aldeia Galega, S. Lourenço de Alhos Vedros, Alcochete, São Tiago da Vila de Alcácer, Lagares da nova Vila de St^o Estêvão da Ribeira de Canha, de S. Pedro da Marateca, e N^a Sr^a da Anunciada da Vila de Setubal, fazendo avaliação das obras feitas em humas, fazendo as plantas e despondo os reparos de outras tudo com gr. de trabalho e zelo e o cons^o lhe cometera estas dilig.as na falta de Custódio Vieira por constar não Ter sido V. Mag. servido prover em outrem a prop.e do dito off.^o antes q. por avizo do secr.^o de Est.^o dos negócios do reino Pedro Motta e Silva de 25 de Abril de 1744 fora V. Mag. servido ordenar a Me-

za da Consciência não provisse a d.^a occupação de serventia sem sua real ordem, e q. como o Cons^o. Cometera as referidas diligencias ao d^o Carlos Mardel requerendo este o pagamento do ordenado do d.^o off.^o lho mandara pagar pagando os novos direitos como constara dos papeis q. juntara; e não defeniria req.^o q. fizera 1^o o mesmo efeito Rodrigo Fr^o sem embargo de apresentar provimento da Meza porq. Na conformidade do d^o avizo se lhe não devia passar, e

Ele mostra ainda que, tal como hoje, as diferentes entidades nem sempre actuavam em concordância.

sendo o ordenado assentado no Almoxtarifado da Meza Mestral de Setubal parecia q. mais devido era a quem tinha servido nas igr.as das Mezas dos Mestrados do q. a quem contra as ordens de S. Magestade servira nas Igrejas das Comendas particulares. Avendo visto o Conc.^o da fazenda, Pareceu ao Concelho o mesmo q. ao Escrivão da fazenda da repartição. Diogo de Sousa Mexia. Diogo Corte Real...". Este parecer não deixa quaisquer dúvidas sobre a nomeação de Carlos Mardel para o cargo, em detrimento de Rodrigo Franco. Ele mostra ainda que, tal como hoje, as diferentes entidades nem sempre actuavam em concordância. Em 17 de Junho de 1755 Rodrigo Franco faria uma nova petição (reformada em 16 de Setembro de 1756) pedindo que se lhe faça propriedade do ofício de medidor e avaliador das obras reais, para o que junta certidão de 1745, na qual reforça a sua actividade como arquitecto "Rodrigo Franco diz que substitui Custódio Vieira em muitas obras e q. por morte dele foi em-


passado como arq^o em 24 de Abril de 1744 e q. na mesma vai em 12 annos fazendo vistorias occulares nas herdades, Igr.as, e mais Edificios pertencentes às Ordens (...) fazendo plantas, apontamentos mais execução e os usuais".

Após a nomeação de Carlos Mardel, a documentação é omissa até ao ano de 1766, no qual nos aparece um requerimento de Manuel Caetano de Sousa a pedir que seja nomeado para o cargo, em substituição de seu

pai, Caetano Tomás (Mardel falecera em 1763)⁸, no qual se manteria até à sua morte em 1802. O concurso realizado em 1803, embora já fora do espaço cronológico por nós proposto merece, também, ser incluído neste resumo, pela quantidade de informação que nos dá sobre uma geração de architectos activos nas últimas décadas do século XVIII: Francisco António de Sousa, filho de Manuel Caetano de Sousa, Joaquim de Oliveira (que viria a falecer enquanto decorria o concurso)⁹, seu filho Henrique Guilherme de Oliveira¹⁰, o Tenente Coronel do Real Corpo de Engenheiros, Joaquim de Oliveira (homónimo do arquitecto real), e o filho de Eugénio dos Santos, José Manuel de Carvalho Negreiros, Sargento Mor do mesmo Real Corpo de Engenheiros. É precisamente sobre este último que esta documentação se afigura importante, em especial no que diz respeito à formação de José Manuel de Carvalho Negreiros. Sendo já conhecida a sua importante actividade teórica e prática, ela esclarece-nos, em parte, sobre os anos

que passou em Itália. A sua petição, datada de 4 de Janeiro, mostra-nos como era já figura de relevo na Corte, estatuto de que estava perfeitamente consciente: " Cavaleiro professo em S. Bento de Avis, Architetto da Real Caza das Obras dos paços desta Corte e Reyno e senado da Camara desta Cidade de Lisboa, vem requerer a V^ª Alt. Real o cargo de Architetto da Meza da Consciencia e Ordens. Todos ajuntarão varios papeis aos seus requerimentos o q. o supplicante não fez por ser m.to conhecido nesta Corte; e todos o saberem q. exercita o emprego de Architetto desde o anno de 1776 q.do se recolheu dos paizes estranhos por onde estudou, e viajou; a fim de não ficar confundido pelos outros pertendentes, e fazer patente a sua justiça, apresentou agora os documentos juntos pelos quais se conhecerá os fundamentos em q. o supp.te se estriba. Os dois primeiros mencionados [Fr^o António de Sousa e Joaquim Guilherme de Oliveira] aparecerão feitos Architetos à m.to poucos mezes, os quais talvez não terão tantos annos de nascidos q.tos o supp.te tem de effectivo exercício em campos de tanta ponderação; e o sobrd.^ª pertend.te Tenente Coronel nunca foi Engenheiro Civil; e suppos ter sido encarregado da factura das Estradas, nada tem isto que fazer com os conhecim.tos precisos p^a a factura de Igrejas, Conventos, Palacios; e o supp.te como justifica habilitouse na Architectura Militar e Civil, e tem exercido huma e outra, o q. consta dos Docm.tos juntos. José Ma.el de Carvalho Negreiros." Isto mesmo é comprovado pelas testemunhas que apresenta, para além de cópia dos officios da rainha D. Maria a nomeá-lo Medidor das Obras dos Paços Reais ¹¹, bem como architecto dos ditos Paços e Quintas fora deles ¹²; o Conde de Soure ¹³, o Marquês de Penalva, do Conse-

lho da Rainha e Junta dos Três Estados ¹⁴, o Conde de Ega do Conselho de sua Magestade, alcaide das Vilas de Guimarães e Soure, Deputado da Junta dos Três Estados ¹⁵, Diogo Inácio de Pina Manique ¹⁶, o Marquês de Castelo Melhor ¹⁷ João Angello Brunelli, astrónomo pensionario de S. Magestade e Lente de Matemática na Real Academia da Marinha, Jozé Izidoro Olivieri, Reitor do Colégio dos Nobres. São estes dois últimos que atestam a sua passagem por Italia. Olivieri afirma que "por noticias certas que teve J.M. Carv. Neg. esteve perto de 5 annos em Florença e daí passou para Roma, tendo visto tb algumas cidades de Italia". Mais completo é o testemunho de Brunelli: "certifica que passando em Florenca em 1773 vi e conheci J.M.Carvalho Negreiros na companhia da caza de Zenobio Rossi, architetto Civil de nome distinto naquella cidade em tempo que exercitava com elle muito seriamente, em grande proveito no estudo da architectura civil. Certifico tb em como estando em roma no anno de 1776 muitas vezes ouvi falar do dito J.M. como de quem tinha já acabado naquella capital os estudos de architectura civil com o celebre Pedro Campossi e tinha adquirido a fama de perito na sua profissam como com effeito o tem depois mostrado com muitos desenhos de sua invenção, assim de architectura civil como de architectura militar que tenho visto". Não conseguimos apurar quem eram, de facto, Pedro Campossi e Zenobio Rossi. Apesar da vulgaridade do apelido seria este último parente de João Gerardo de Rossi, que consta ter sido escolhido por Portugal para dirigir a Academia de Belas Artes que fundara em Roma ¹⁸? Regressado a Portugal em 1776, e de acordo com a declaração do Marquês de Penalva que o dá em Itália por oito annos, Carvalho Negreiros terá saído do país

por volta de 1768. Apesar do imenso curriculum que apresenta, uma consulta efectuada pela Mesa ao Desembargador Geral das Ordens, datada de 22 de Janeiro de 1803 (que defende que nem sempre os cargos deviam ser hereditários, dependendo da experiência dos candidatos), mostra que a preferência vai para o Tenente Coronel Joaquim de Oliveira ¹⁹, embora em 1804 fosse escolhido Francisco António de Sousa ²⁰, herdando o mesmo lugar de seu pai e avô. Continua-se, assim, uma tradição que, transmitindo conhecimentos e cargos de geração em geração (atestando o reconhecimento, por parte dos monarcas, do valor e da lealdade demonstrada por essas famílias de artistas), remonta pelo menos ao século XVI. 

¹ A.N.T.T. – Mesa da Consciência e Ordens, Officios, Maio 12, "Architectos".

² *Ibidem*. Parte desta documentação foi já por nós apresentada, a propósito do concurso de 1697. CAMPOS COELHO, Teresa de "Um concurso para o provimento do lugar de architecto das Ordens Militares – A propósito de um curriculum do Padre Francisco Tinoco da Silva", in *Revista Monumentos*, nº 7, Lisboa: Setembro de 1997. Sobre as obras e architectos das Ordens Militares em período filipino, cf. SORUMENHO, Miguel, "Os grandes programas architectónicos filipinos para as Ordens Militares e o Mosteiro de Santos-o-Novo", in *Revista Monumentos*, nº 11, Lisboa: Setembro de 2001, pp. 19-23.

³ Como comentámos na altura, o prestígio de João Antunes devia ser enorme, pois foi nomeado concorrendo só com uma obra. Mesmo o facto de já estar a exercer o cargo de architecto das Ordens, desde 13 de Dezembro de 1696, até 7 de Setembro de 1697 (18 meses e 20 dias), conforme se pode ver nos documentos, não explica a sua nomeação, pois Manuel do Couto servia já nesse cargo desde longa data, como ajudante e substituto de seu pai, Mateus do Couto.

⁴ Manuel do Couto alega que "he architecto há mais de 26 anos, em continuo trabalho e exercicio das medições, não só militar como de architectura civil, em que se exercitou sete annos, arq^o e Mestre dos Paços de Almeirim, Salvaterra de Magos, e Mosteiro de N^o Sr^a da Vitória da Batalha, obras de Santa Clara de Coimbra e Ermida da Esperança"; Manuel da Maia alega ser "sargento mor e eng^o ajudante no quartel q. foi reparado ao M. Alegrete p^a defesa desta cidade, servindo de

apontador das obras do dito quartel. Em 1703 foi à Praça de Estremoz com Francisco Pimentel e tudo o q. necessitava, riscando as plantas e tirando as medidas do terreno com muito acerto e inteligência, conduzindo em 1704 por ordem do secretario Roque Monteiro Payam desta corte the a Villa de Santarem hum regimento olandes e daí até à Villa de Abrantes e nesse mesmo anno foi para essa villa assistir á obra de fortificação que estava feita e acompanhar o Conde Apozentador Mor á Campanha da Beira com a occupação de architecto da Casa das Obras dos Paços. Em 1705 assistiu na Campanha do Alentejo no exercito que saiu no 1º de outº assistindo a se levantar hums redutos, q. se mandaram fazer á borda do Guadiana"; Joseph Pinheiro da Silva alega ser "sargento mor Architecto na Casa das Obras há mais de 12 anos, fazendo tudo o q. lhe mandarão, tendo frequentado as aulas, sendo o mais antigo e haver sido examinado em varias sciências, geometria, trigonometria e seus fundamentos e as mais materias de Mathematica precisas á sobredita obrigação"; João Baptista de Barros alega "ser architecto civil e militar, de concorrer nele todos os requzitos necessarios pº bem poder exercitar o dº lugar por ser perito e muito pratico, como consta da certidão do lente da Aula de fortificação que ofereci, e da carta q. o senado da Câmara passou como architecto da cidade". Com efeito, testemunham Domingos Vieira que diz ser ele "architecto civil vay para tres annos q. continua na dita aula estudando architettura militar - artilharia, astrologia, geometria, expeculativa e pratica" e o Conde Presidente vereador das Obras da Cidade de Lisboa e procuradores dos misteres dellas que fazem saber "aos que esta carta virem q. perante nós pareceu por sua petição Joam Bautista de Barros Architecto Civil e Militar q. por fallecimento de Joam Antunes architecto da Cidade q. esteve para (...) e q. no supplicante concorriam os requzitos necessarios para bem servir o dito lugar como consta na certidam pedindonos q. atendendo a capacidade do supplicante e a de estar servindo no officio de M.e Carpinteiro da Cidade lhe fizessem mercê de provir no dito lugar de architecto da cidade"; Joseph Roiz Ramalho diz ser "medidor das obras de Sº Mag.e, serve na Praça de aprender architettura civil há 20 annos e muita experiencia em architettura e mediçoens"; Carlos Baptista Garvo diz ser "mestre pedreiro e architecto e ter requzitos necessarios por ser muito perito como poderá constar".

⁵ Diz ter "os requzitos pº o dº Lugar, assim pela sciencia do risco, como pella operação manual, e exercicio arithmetico q. he muito util pº a medição das obras, e em todas as mais disposiçoens necessarias". Apresenta como testemunhas Manuel Antunes e Domingos Nogueira pedreiros e juizes do dito officio "certificamos q. o spp.te e mais perito q. qualquer edeficio q. se lhe offerer assim de templos como de palacios e experiente na arte de debucho para os adornos dos d.ºs edeficios executor em pedra lavrada, arithmetica e todas as sciências referidas assim pelas obras q. lhe temos visto deleniar". Esta afirmação está de acordo com o que dele diz Ayres de Carvalho, que o dá como architecto e pintor de óleo, trabalhando na Capela dos Agonizantes em S. Roque, e na de S. Joaquim e de Sant' Ana no Convento de Nossa Srª do Carmo (in D. João V e a Arte do seu tempo, Ma-

fra:1962, vol. II, pp. 234 e 235. Era ao tempo, representante da Casa de Aveiro, a 6ª Duquesa, D. Maria Gualalpe de Lencastre, irmã dos 4º e 5º duques. Casada com D. Manuel Ponce de Leon, conde de los Arcos, dele se divorciaria para regressar a Portugal na companhia do seu 2º filho, e tomar conta do título.

⁶ AYRES DE CARVALHO, opus cit., vol. II, p. 99

"Vade-mécum dos architectos reais de 1580 a 1750".

⁷ É muito interessante o teor desta certidão pois confirma-nos os nomes, para além de Rodrigo Franco, de outros medidores reais "José Sanches da Silva, Carlos Mardel, Cap. Rodrigo Fr.º, e Adjudantes Eugénio dos Santos e Carvalho, Elias Sebastião Poppe e M.el da Costa Negreiros todos os 6 juntos unanime e indiferentemente meçam e avaliem por inteiro não só suas reais obras mas as q. forem feitas pelos Tribunais desta Corte. 13 de Agosto de 1745. Ordem de Sua Magestade".

⁸ "O supp.e tem por exercicio o mesmo emprego concorrendo mais na sua pessoa sciencia pratica adquerida em todos os actos a q. aestia em companhia de seu pay como seo ajudante recorre a real benignidade de V. Mag.de se digne provello no emprego de Architecto do Regio Tribunal da Meza da Consciencia e Ordens Militares para assim milhor poder acudir ao dezamparo em que fica a sua cauza".

⁹ Que, em requerimento datado de Junho de 1802, se apresenta como "Architecto de V.º do Conselho da Real Fazenda e da Real Junta do Commercio e Medidor daos Paços Reais pela Caza das Obras, e das Publicas q. tendo servido 49 annos nos ditos empregos".

¹⁰ Que se apresenta como "architecto do Real Conselho da Fazenda, Agoas Livres e Medidor das reais Obras, tendo servido já nas mesmas Ordens na planta do Convento de Palmela".

¹¹ 21 de Outubro de 1778, que vagou por falecimento do sargento Mor Ellias Sebastião Poppe.

¹² 4 de Março de 1788, "tudo na forma do 1º architecto Mateus Vicente de Oliveira", auferindo 425 mil reis por ano.

¹³ Diz D. João da Costa Patalim : " desde 1776 serve na Real Casa das Obras em diversos empregos e officios como medidor encartado, 2º Architecto, encartado, talentos estudos e applicação praticados em Italia, onde esteve m.tos annos fazendo despezas à sua custa para poder util a sua Patria e aos Estados, fizera com que fosse chamado por Sua Magestade para esta Repartição e tb por ser filho do Capitam Eugenio dos Santos de Carvalho q. igualmente foi 2º Architecto da referida Caza das Obras e q. se distinguiu sempre no serviço de Sua Magestade, tanto nesta provincia como na do Alentejo".

¹⁴ "atesta q. esteve 8 annos em Italia e estuda architettura Civil e Militar. Tem dado manifestas provas da sua habilidade em diversos riscos da sua invenção e dezenho, q. tem aprezentado nesta Corte".

¹⁵ Diz Ayres de Saldanha e Albuquerque Coutinho Mattos Noronha "q. o nomeou em tudo o que diz respeito ao seu emprego, na Repartição como Inspector Geral do Provimto do Exercito tanto nas Comissões particulares, como na Direcção Geral do Cantonamento das Tropas Britanicas Auxiliares".

¹⁶ Atesta q. "desempenhou incumbências pertencentes à Comodidade e interesse do Publico".

¹⁷ Atesta que "foi servido mercê da Propriedade Vitalícia de Officio de Architecto das Obras da Cidade (...) o qual vagou por morte de Remigio Frº sendo obrigado a hir prontamente a todas as vistorias respectivas às obras que no Senado se mandar fazer e às de utilidade publica para que for chamado (...) e fará todas as plantas e desenhos que o mesmo Senado lhe encarregar no serviço da cidade gratuitamente e só nas vistorias das partes que devem pagar custas haverá o que lhe tocar e lhe pertencer...".

¹⁸ Nascido em Roma em 1754, a sua actividade como literato e crítico de arte inclui as biografias de vários artistas, nomeadamente de Angelica Kaufmann.

¹⁹ "são quatro os opozitores ao Lugar de Architecto das Ordens Militares. Não trato do 1º requerente, Joaquim de Oliveira, architecto do conselho da real Fazenda porque a morte pos termo com a sua vida as suas pertenções. Segue-se tratar de Frº Antº de Souza, filho do acima referido M.el caetano de Souza; porem na certeza de q. semelhantes empregos não podem ser hereditarios, não he elle conceituado de maneira q. por ora se possa encarregar de obra de consideração. O Sargento Mor do Real Corpo de Engenheiros se acaso não concorresse com o ultimo pertendente, Joaquim de Oliveira, Tenente Coronel do M.to Real Corpo, deverá, a meu ver, ser contemplado, porem o credito e Geral Conceito do ultimo he tão bem confirmado entre todos, o seu merecimento tão distincto e as suas fadigas em tão importantes obras como são as que tem sido encarregado sobre sahindo sobre todas as que passou na construção das estradas, as unicas que tem o Reino, o fizeram preferir a todo qualquer que com elle e opozitor. Lisboa, 22 de Janeiro de 1803, Antº Jozé Gusmão."

²⁰ Segundo decreto do Palácio de Queluz datado de 31 de Junho, e confirmado pela Mesa em 6 de Setembro do mesmo ano. Em 18 de Junho de 1815 Francisco António de Sousa pede licença pou um ano, para se deslocar ao Rio de Janeiro "em negócios da sua cauza". Uma petição datada de Outubro de 1817 mostra que teria sido envolvido numa conspiração "Diz Frº Antº de Souza preso na cadeia desta Corte que pella sentença proferida na Commissão Ordenada para julgar os reos comprehendidos na conspiração descoberta nesta capital que agora se fez publica pela imprensa foi condemnado em degredo perpetuo para Angola e confisco de bens sem que porem fosse(...) das suas honras e privado de empregos que tem exercido por Mercê real immediata, o que prova q. não foi julgado traidor ou cumplice na mesma conspiração. E porq. ao supplicante se estão devendo os quartéis de Março, Junho e Setº ...". Por carta de 7 de Abril de 1818 seria investido no cargo João Diogo Passos Peixoto, apesar de em 1821, Francisco António de Sousa ter pedido para ser admitido, de novo, no referido emprego, o que lhe é negado pelo Rei em Agosto de 1822 tendo-lhe sido concedido, apenas, vencimento como militar.

**TERESA DE CAMPOS COELHO,
Arquitecta, mestre e doutorada
em História da arte.**